



**ELAS
COM
ASAS**

ELAS COM ASAS





CICLO DE OFICINAS ELAS COM **ASAS**

MARIANA BATISTA DIAS

ARACAJU - 2026

**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS)**

Produto Educacional:

Elas com Asas:

**Letramento de Gênero como
Instrumento de Igualdade e Transformação**

Conteúdo:

Mariana Batista Dias

Orientação:

Prof. Dr. Igor Adriano de Oliveira Reis

Coorientação:

Prof. Dr^a. Elza Ferreira Santos

Design Gráfico:

Luann Correia Walfredo Carvalho

ARACAJU - 2026



FICHA CATALOGRÁFICA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dias, Mariana Batista
Produto educacional [livro eletrônico] : elas com
asas : letramento de gênero como instrumento de
igualdade e transformação / conteúdo Mariana Batista
Dias ; orientação Igor Adriano de Oliveira Reis ;
coorientação Elza Ferreira Santos. -- Aracaju, SE :
Ed. da Autora, 2026.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-02-13907-3

1. Desigualdade 2. Educação profissional
3. Igualdade de gênero 4. Letramento 5. Mulheres -
Aspectos sociais 6. Transformação educacional
I. Reis, Igor Adriano de Oliveira. II. Santos, Elza
Ferreira. III. Título.

26-365014.0

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB -
SP-010133/0

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
LETRAMENTO DE GÊNERO.....	13
OFICINA PEDAGÓGICA: O QUE É?.....	17
OFICINA 1:	24
Objetivo Geral	26
Objetivos Específicos	26
Conteúdos Trabalhados	27
Atividades	27
Metodologia	28
Resultados Esperados	28
Esquema Passo a Passo	35
Material de apoio	37



SUMÁRIO

OFICINA 2:	38
Objetivo Geral	40
Objetivos Específicos	40
Conteúdos Trabalhados	41
Atividades	42
Metodologia	43
Resultados Esperados	43
Esquema Passo a Passo	48
Material de apoio	52



SUMÁRIO

OFICINA 3:	53
Objetivo Geral	55
Objetivos Específicos	55
Conteúdos Trabalhados	56
Metodologia	56
Resultados Esperados	57
Esquema Passo a Passo	65
Material de apoio.....	69
QUANDO AS ASAS SE MULTIPLICAM: CAMINHOS PARA REPLICAR A EXPERIÊNCIA FORMATIVA	70
REFERÊNCIAS	78





**ELAS
COM
ASAS**



APRESENTAÇÃO

O ciclo de oficinas **Elas com asas:** **Letramento de Gênero como** **Instrumento de Igualdade e Transformação**

Prezado(a) professor(a),

Este guia chegou às suas mãos porque acreditamos que a educação pode transformar realidades. Ele é fruto de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e traz o ciclo de oficinas **Elas com Asas: Letramento de Gênero como Instrumento de Igualdade e Transformação**, um material pensado para quem deseja trabalhar as questões de gênero com estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, de forma prática, acessível e fundamentada.

Pergunta para reflexão

Como as desigualdades de gênero aparecem no cotidiano escolar e profissional?



Por que este material existe?

Porque, apesar dos avanços das últimas décadas, as desigualdades entre homens e mulheres continuam presentes nos espaços de formação e de trabalho, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia. Mulheres ainda são minoria em muitos cursos técnicos, ainda ouvem que determinadas profissões "não são para elas", ainda enfrentam barreiras para serem reconhecidas e valorizadas pelo que sabem e pelo que fazem. Na Educação Profissional e Tecnológica, essas desigualdades se manifestam no cotidiano das salas de aula, dos laboratórios, dos estágios e das relações entre colegas e professores. E, muitas vezes, elas passam despercebidas justamente porque foram naturalizadas ao longo do tempo.

É diante desse cenário que o ciclo Elas com Asas foi criado. Sua proposta parte de uma constatação simples, mas importante: não basta garantir o acesso das mulheres aos cursos técnicos e científicos. É preciso criar condições para que elas permaneçam, sejam reconhecidas e possam construir suas trajetórias com autonomia, autoestima e protagonismo. E isso passa, necessariamente, por um trabalho educativo que ajude estudantes, a enxergar e questionar as desigualdades de gênero que organizam suas vidas.



CONCEITO - CHAVE

Letramento de gênero é o processo de perceber, nomear e questionar desigualdades naturalizadas.

A esse trabalho educativo damos o nome de letramento de gênero: um processo pelo qual as pessoas aprendem a perceber, nomear e questionar as desigualdades entre homens e mulheres que estão presentes no dia a dia, nas instituições e nas relações. Assim como aprendemos a ler textos, precisamos aprender a ler o mundo em que vivemos, reconhecendo que muitas situações que parecem naturais são, na verdade, construções sociais que podem ser transformadas.

O nome "Elas com Asas" carrega essa ideia. As asas representam movimento, autonomia e possibilidade. Representam a ideia de que o conhecimento crítico amplia horizontes e cria condições para que mulheres possam ocupar, permanecer e transformar os espaços que habitam. Não se trata de dar asas a quem não as tem, porque todas as mulheres já as possuem. Trata-se de criar as condições para que elas possam, finalmente, usá-las.

O guia está organizado em três oficinas, que formam um percurso progressivo e articulado. A primeira, Gênero, Poder e Identidade, trabalha os conceitos fundamentais que permitem compreender como as diferenças entre homens e mulheres são construídas socialmente. A segunda, Desigualdades e Resistências: Violências de Gênero, aprofunda o reconhecimento das múltiplas formas de violência que atingem as mulheres, da agressão física às microviolências do cotidiano. A terceira, Empoderamento e Transformação, desloca o foco da denúncia para a ação, discutindo representatividade, redes de apoio e estratégias coletivas de enfrentamento.

Cada oficina foi pensada a partir de uma metodologia participativa: exposições dialogadas, debates em grupo, dinâmicas coletivas e momentos de reflexão individual. A ideia é que as participantes não sejam apenas ouvintes, mas protagonistas do processo. As atividades valorizam a troca de experiências, a escuta respeitosa e a construção coletiva do conhecimento, criando um espaço onde todas as vozes são acolhidas e onde o saber de cada participante é reconhecido como legítimo.

Antes das oficinas, este guia traz dois textos introdutórios que ajudam a situar o trabalho: um sobre o que são oficinas pedagógicas e outro sobre o que é letramento de gênero. Esses textos oferecem a base conceitual necessária para que você, professor(a), possa conduzir as oficinas com segurança e clareza, mesmo que não tenha formação específica na área de gênero. A ideia não é que você domine todas as teorias, mas que tenha os elementos essenciais para facilitar o diálogo e a reflexão.

**ELAS
COM
ASAS**



É importante dizer que este material não é um roteiro fechado. Ele foi elaborado como um instrumento flexível, que pode e deve ser adaptado à realidade de cada instituição, de cada turma, de cada grupo. Os temas, as dinâmicas e os tempos sugeridos são pontos de partida, não regras fixas.

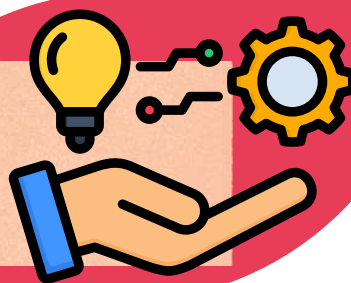
O mais importante é que o espírito do trabalho se mantenha: o compromisso com a escuta, com o diálogo, com o respeito às experiências das participantes e com a construção de um espaço seguro para pensar junto.

Ao colocar este guia em prática, você estará contribuindo para algo que vai além de uma atividade pedagógica: estará participando de um esforço coletivo por uma educação profissional mais justa, mais inclusiva e mais atenta às desigualdades que ainda marcam a vida de muitas mulheres. Porque uma educação verdadeiramente transformadora não se limita a ensinar conteúdos técnicos: ela forma pessoas capazes de compreender o mundo em que vivem e de agir para transformá-lo.

Esperamos que este material seja útil, inspirador e, acima de tudo, que abra espaços de conversa e de transformação. Bom trabalho!

NA PRÁTICA

As oficinas podem ser adaptadas à realidade de cada turma e instituição.





LETRAMENTO DE GÊNERO

Ao longo deste guia, o termo letramento de gênero aparece como fio condutor de todo o ciclo de oficinas. Mas o que significa, de fato, letramento de gênero? E por que ele é tão importante para o trabalho pedagógico com mulheres na Educação Profissional e Tecnológica?

A palavra letramento, no campo da educação, costuma ser associada à leitura e à escrita: uma pessoa letrada é aquela que não apenas decodifica palavras, mas compreende textos, interpreta sentidos e utiliza a linguagem para agir no mundo. O letramento de gênero segue uma lógica parecida, mas aplicada a outro tipo de "texto": as relações sociais. Assim como aprendemos a ler palavras, precisamos aprender a ler as desigualdades que nos cercam, reconhecendo que muitas situações que parecem naturais são, na verdade, construções sociais que podem ser questionadas e transformadas.

Dito de forma simples, letramento de gênero é o processo pelo qual as pessoas desenvolvem a capacidade de perceber, nomear e questionar as desigualdades entre homens e mulheres que estão presentes no dia a dia, nas instituições, nos costumes e nas relações. Trata-se de aprender a enxergar aquilo que, de tão repetido, parece invisível: a piada machista que ninguém questiona, a divisão desigual das tarefas domésticas que ninguém discute, a desqualificação profissional que ninguém nomeia como violência.

Pergunta para reflexão

Quais situações parecem "normais", mas reproduzem desigualdades?



Esse conceito foi sendo construído por diferentes pesquisadoras ao longo dos últimos anos. Sigall e Pabst (2005) foram pioneiras ao propor que o letramento de gênero se desenvolve em três dimensões: a consciência, que é o reconhecimento de que as desigualdades de gênero existem e não são naturais; a competência, que é a capacidade de nomear essas desigualdades e compreender como elas funcionam; e a conexão, que é a construção de vínculos entre mulheres como base para o enfrentamento coletivo. Essas três dimensões são complementares: não basta perceber a desigualdade se não se sabe nomeá-la, e não basta nomeá-la se não há com quem compartilhar essa percepção e agir em conjunto.

No Brasil, a pesquisadora Valeska Zanello trouxe uma contribuição fundamental para esse debate. Para Zanello (2018), o letramento de gênero é o que permite às mulheres nomear e tornar visíveis as violências e as desigualdades que são naturalizadas no cotidiano. A autora mostra que muitas mulheres sofrem sem conseguir identificar que o que vivem tem nome, tem causas sociais e é compartilhado por muitas outras. Quando uma mulher consegue dizer "isso que eu vivo não é normal, é machismo", este ato é, ao mesmo tempo, um ato de compreensão e um ato de libertação, porque transforma o sofrimento silencioso em palavra, e a palavra em possibilidade de ação (ZANELLO, 2018).

Um aspecto central do letramento de gênero é que ele não acontece pela simples transmissão de informações. Não basta que alguém explique o que é machismo para que outra pessoa passe a enxergá-lo em sua própria vida. O letramento de gênero se constrói por meio de experiências coletivas, de diálogo, de escuta e de troca. É por isso que este guia se organiza em formato de oficinas participativas, e não de aulas expositivas: porque é na conversa, na partilha de experiências e na identificação com o que a outra viveu que o processo de letramento realmente acontece. Como propõe hooks (2017), a educação transformadora parte da experiência vivida e se constrói coletivamente, em espaços onde todas as vozes são valorizadas.

Na prática, o letramento de gênero opera uma mudança de olhar que pode ser descrita em três movimentos. O primeiro é a desnaturalização: perceber que aquilo que sempre pareceu "normal" ou "natural, como a ideia de que mulheres são menos aptas para a ciência, ou que a sobrecarga doméstica é responsabilidade feminina é, na verdade, resultado de construções históricas e sociais. O segundo movimento é a nomeação: dar nome às experiências de desigualdade e violência, reconhecendo-as como problemas coletivos e não como falhas individuais. O terceiro é a ação: a partir dessa nova compreensão, agir para transformar as relações e as estruturas que produzem a desigualdade, seja no âmbito pessoal, seja no coletivo (FREIRE, 1987).



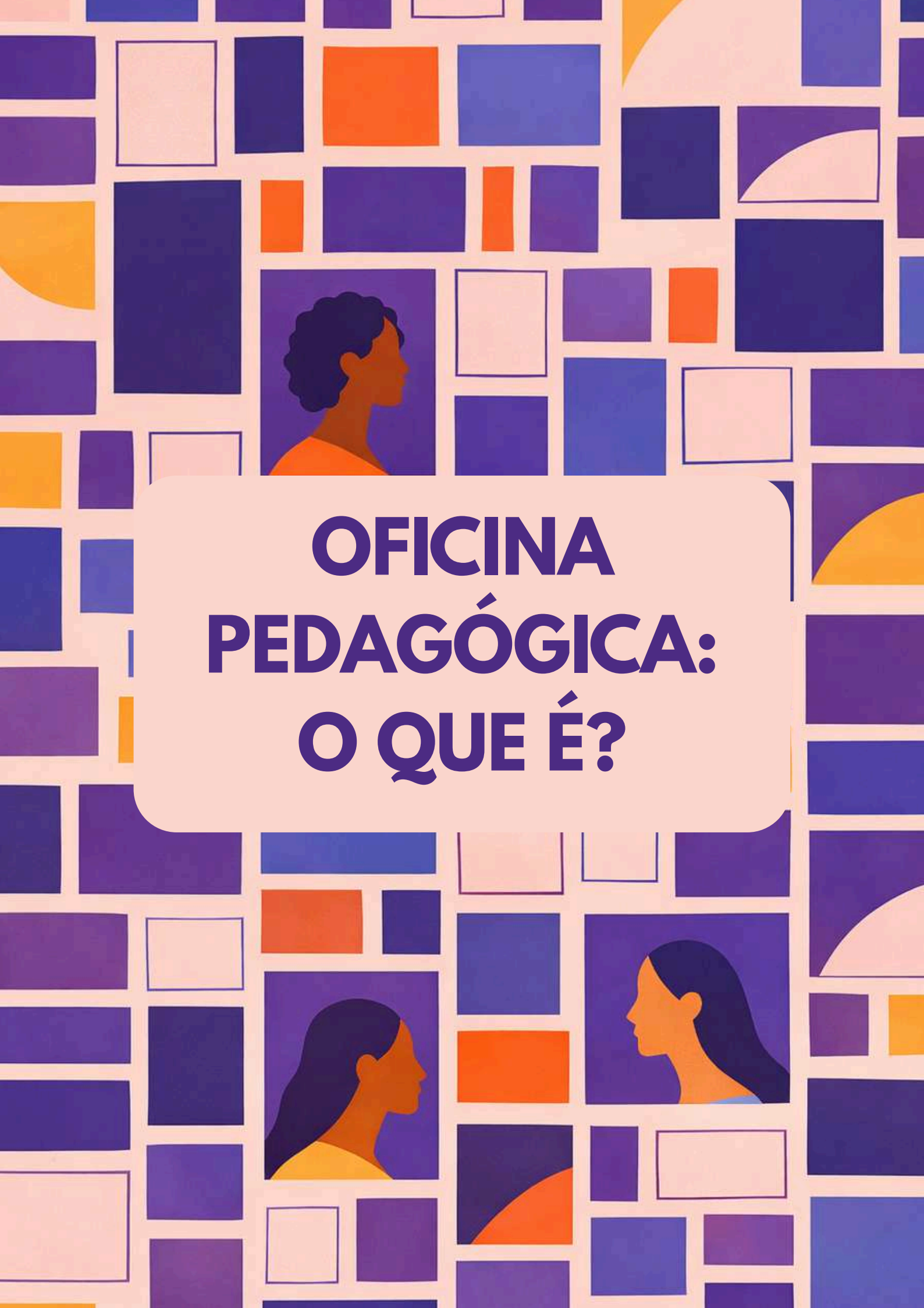
CONCEITO - CHAVE

O letramento de gênero acontece quando aprendemos a:

- desnaturalizar
- nomear
- agir

Esses três movimentos, desnaturalizar, nomear e agir, são exatamente o que o ciclo de oficinas deste guia busca promover. A primeira oficina trabalha a desnaturalização, mostrando que as diferenças entre homens e mulheres são socialmente construídas. A segunda oficina trabalha a nomeação, oferecendo vocabulário para reconhecer e nomear as violências de gênero. A terceira oficina trabalha a ação, discutindo empoderamento, representatividade e estratégias coletivas de transformação. Juntas, as três oficinas compõem um percurso de letramento de gênero pensado para o contexto da Educação Profissional e Tecnológica.



The background is a vibrant collage of geometric shapes in shades of purple, blue, orange, and yellow. In the center, a white rounded rectangle contains the title text. Above and below this rectangle are stylized silhouettes of people's heads and shoulders in profile, rendered in dark blue and orange tones.

OFICINA PEDAGÓGICA: O QUE É?

Este guia está organizado em formato de oficinas pedagógicas. Mas o que isso significa na prática? E por que essa escolha, e não aulas expositivas, palestras ou cartilhas informativas?

Pergunta para reflexão

Como criar espaços de aprendizagem mais participativos?



Uma oficina pedagógica é, antes de tudo, um espaço de aprendizagem coletiva. Diferente de uma aula tradicional, em que alguém ensina e os demais escutam, na oficina todas as pessoas participam ativamente: falam, escutam, compartilham experiências, constroem ideias juntas. O conhecimento não é transmitido de cima para baixo, mas construído a partir daquilo que cada participante traz consigo, suas vivências, seus saberes, suas dúvidas, suas histórias. Como explicam Vieira e Volquind (2002), a oficina é um espaço em que se aprende fazendo, refletindo e ressignificando o que se vive. Não se trata de uma atividade solta ou de uma dinâmica de grupo pontual: é uma proposta pensada com intencionalidade, com objetivos claros e com uma concepção de educação que valoriza o diálogo e a participação.

Essa forma de trabalhar tem raízes profundas no pensamento de Paulo Freire. Para Freire (1987), a educação verdadeiramente transformadora não pode funcionar como um depósito de informações na cabeça das pessoas, o que ele chamava de educação bancária.

Ao contrário, a educação precisa partir da realidade concreta dos sujeitos, de suas perguntas, de seus problemas, e convidá-los a refletir criticamente sobre o mundo em que vivem. Nesse sentido, a oficina pedagógica é um espaço privilegiado para colocar em prática aquilo que Freire propunha: o diálogo como base da aprendizagem, o respeito aos saberes de quem participa e o compromisso com a transformação social.



Na oficina, o erro não é um problema: é parte do processo. Paviani e Fontana (2009) destacam que as oficinas pedagógicas são espaços de experimentação, nos quais a tentativa, o erro e a reflexão sobre o que deu certo e o que não deu fazem parte do caminho de aprendizagem. Isso é especialmente importante quando se trabalha com temas sensíveis como gênero, violência e desigualdade: as participantes precisam sentir que podem falar sem medo de errar, que podem mudar de opinião ao longo do processo e que suas experiências são valorizadas, não julgadas.



CONCEITO - CHAVE

Oficina pedagógica não é apenas dinâmica: é construção coletiva de conhecimento.

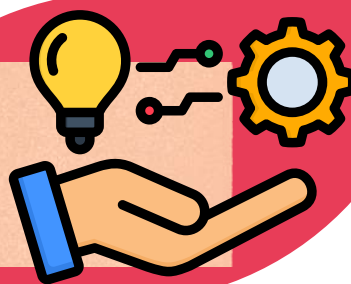
As oficinas também ampliam o que se entende por material educativo. Kaplún (2003) defende que o material educativo não deve ser apenas um recurso que informa, mas algo que provoca, que interpela, que convida à reflexão. Nas oficinas deste guia, o material educativo não se limita ao texto impresso ou aos slides de uma apresentação: inclui dinâmicas de grupo, rodas de conversa, produções coletivas, narrativas pessoais e expressões simbólicas. O conhecimento deixa de ser algo que se recebe passivamente e passa a ser algo que se constrói a partir da experiência concreta de cada participante, em diálogo com as ideias e os conceitos trabalhados.



No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, as oficinas pedagógicas assumem um papel ainda mais relevante. A formação profissional não pode se limitar a preparar pessoas para o mercado de trabalho: ela precisa contribuir para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua inserção na sociedade e capazes de questionar as desigualdades que enfrentam. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) defendem uma educação que articule trabalho, ciência, cultura e tecnologia, superando a separação entre formação técnica e formação humana. As oficinas pedagógicas caminham exatamente nessa direção, pois permitem integrar saberes técnicos, reflexões éticas e experiências de vida em um mesmo espaço formativo.

NA PRÁTICA

A formação técnica também envolve formação humana e crítica.



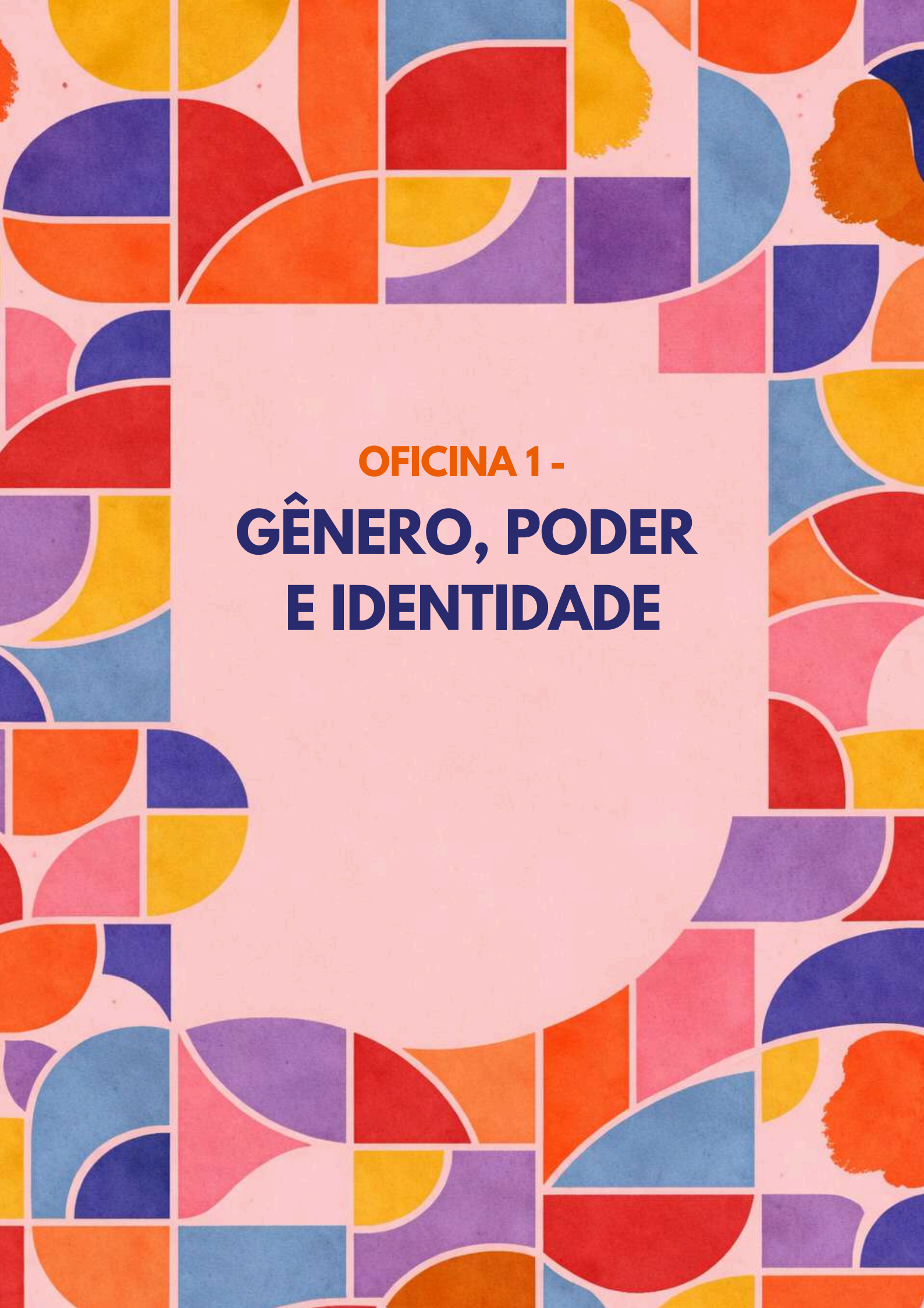
Quando aplicadas à temática do letramento de gênero, como é o caso deste guia, as oficinas pedagógicas ganham uma potência especial. Elas permitem que as participantes problematizem as desigualdades de gênero a partir de suas próprias vivências: a divisão desigual do trabalho doméstico, as barreiras de acesso às áreas científicas e tecnológicas, as dificuldades de permanência nos espaços de formação, as violências cotidianas que muitas vezes nem são reconhecidas como tal. A pedagogia engajada de hooks (2017) aposta justamente nesse movimento: uma educação que parte da experiência vivida, que se constrói no diálogo e que tem como horizonte a transformação das relações de poder que organizam a vida das pessoas.





Papel do(a) professor(a) facilitador(a)

Para o(a) professor(a) que vai conduzir as oficinas deste guia, é importante ter em mente que o papel de quem facilita uma oficina é diferente do papel de quem dá uma aula. Na oficina, o(a) professor(a) não é quem detém todo o saber: é quem cria as condições para que o saber circule, para que as vozes apareçam, para que as experiências sejam compartilhadas e para que a reflexão aconteça coletivamente. Isso exige escuta atenta, flexibilidade diante do que surge no grupo, respeito pelas diferentes trajetórias e a disposição de aprender junto com as participantes. A oficina é, no fundo, um convite: um convite para pensar junto, para olhar de outro modo e para construir, coletivamente, novas formas de compreender e de agir no mundo.



OFICINA 1 -
GÊNERO, PODER
E IDENTIDADE







OFICINA 1 - GÊNERO, PODER E IDENTIDADE

Duração: 4h –
Modalidade: Online - Síncrona
e Assíncrona

Objetivo Geral

Promover a compreensão crítica do conceito de gênero, analisando suas relações com poder, trabalho, ciências e desigualdades estruturais, com ênfase na presença e permanência das mulheres nas ciências.

Objetivos Específicos:

-  Compreender o gênero como construção social, atravessada por hierarquias de poder.
-  Problematizar a naturalização das desigualdades de gênero na ciência, no trabalho e na EPT.
-  Refletir sobre a invisibilização histórica das mulheres nas ciências, especialmente mulheres negras.
-  Estimular a construção de uma consciência crítica e de identidades científicas plurais.



OFICINA 1 - GÊNERO, PODER E IDENTIDADE

Conteúdos Trabalhados

- Gênero como relação de poder.
- Estereótipos de gênero e suas consequências.
- Mulheres, ciência e EPT.
- Identidade, interseccionalidade e desigualdades.

Atividade

Mural coletivo “Gênero em Transformação:
Passado, Presente e Futuro”

Produção coletiva respondendo às questões:

- O que, para você, significava ser mulher no passado?
- O que significa hoje?
- O que você acha que será ser mulher no futuro?

Pergunta para reflexão

Como as mudanças sociais transformaram o significado de ser mulher?



OFICINA 1 - GÊNERO, PODER E IDENTIDADE

Metodologia

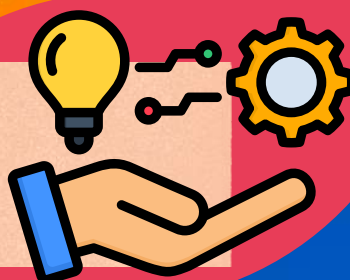
- Exposição dialogada com apoio visual (slides);
- Roda de conversa orientada por perguntas problematizadoras;
- Análise de exemplos históricos e sociais;
- Dinâmica coletiva de reflexão;
- Produção colaborativa de material visual.

Resultados Esperados

- Compreensão conceitual clara sobre gênero e sexualidade.
- Ampliação da consciência crítica sobre desigualdades de gênero.
- Fortalecimento da identidade e do protagonismo das mulheres.
- Criação de um ambiente formativo sensível à diversidade e à justiça cognitiva.

NA PRÁTICA


O diálogo e a troca de experiências são centrais no processo de aprendizagem das oficinas.



Esta primeira oficina tem como objetivo apresentar conceitos iniciais sobre gênero, poder e identidade, oferecendo às participantes ferramentas para compreender como as diferenças entre homens e mulheres são construídas socialmente e não determinadas pela biologia. Trata-se de um ponto de partida essencial para todo o ciclo de oficinas, pois é a partir dessa compreensão que se torna possível questionar as desigualdades vivenciadas no cotidiano.

A pergunta central que orienta essa oficina pode parecer simples, mas carrega uma profundidade importante: o que é ser mulher e o que é ser homem na nossa sociedade? Quando fazemos essa pergunta, abrimos espaço para perceber que aquilo que muitas vezes consideramos "natural" - como a ideia de que mulheres são mais emocionais, mais cuidadosas, menos aptas para a ciência - são, na verdade, aprendizagens. Desde a infância, somos socializados de maneiras diferentes conforme o sexo que nos é atribuído ao nascer. Meninas aprendem a cuidar, a agradar, a ocupar menos espaço; meninos aprendem a ser fortes, competitivos, a dominar o espaço público. Essas aprendizagens não acontecem por acaso: elas respondem a uma organização social que distribui papéis, expectativas e oportunidades de forma desigual. (SCOTT, 1995; LOURO, 1997).

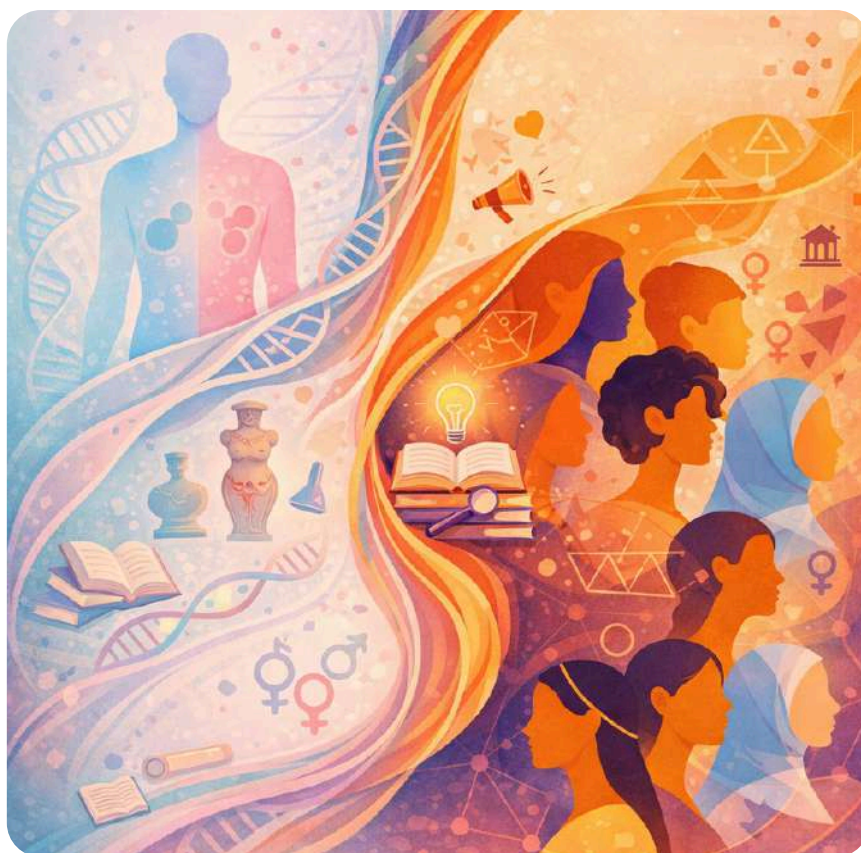
**O que é ser mulher
e o que é ser homem
na nossa sociedade?**



Neste ponto, é preciso esclarecer o que são, e principalmente o que não são, os estudos de gênero, uma vez que equívocos e distorções sobre esse campo de conhecimento costumam dificultar o trabalho pedagógico. Os estudos de gênero constituem um campo científico consolidado, presente em universidades de todo o mundo, cujo objetivo é compreender como as sociedades constroem significados, papéis e hierarquias a partir das diferenças entre os corpos. Trata-se de investigar como se formam as identidades, como funcionam as representações simbólicas do feminino e do masculino, e como as relações entre os gêneros se organizam em diferentes contextos históricos e culturais. Estudar gênero não é ideologia: é produção de conhecimento científico. Não se trata de destruir famílias, mas de compreender como as relações sociais funcionam e como as desigualdades se reproduzem. Tampouco se trata de incentivar qualquer tipo de mudança corporal ou de identidade: o objetivo é compreender aspectos fundamentais da experiência humana para que possamos construir uma sociedade mais justa e igualitária. Fazer essa distinção é importante para que o(a) professor(a) possa conduzir a oficina com segurança diante de eventuais questionamentos ou resistências.

Outro conceito-chave desta oficina é o de poder. Quando falamos em gênero, estamos falando também em relações de poder. As diferenças entre homens e mulheres não são apenas diferentes, elas são hierarquizadas. Aquilo que é associado ao masculino (razão, força, espaço público, ciência) tende a ser mais valorizado do que aquilo que é associado ao feminino (emoção, fragilidade, espaço privado, cuidado). Essas oposições não são neutras: elas organizam quem tem acesso a quê, quem é ouvido e quem é silenciado, quem ocupa posições de prestígio e quem é relegado à invisibilidade (SCOTT, 1995; LOURO, 1997).

Esse poder não funciona apenas pela força ou pela imposição direta. Muitas vezes, ele opera de forma sutil, por aquilo que se pode chamar de violência simbólica: as próprias pessoas que sofrem a desigualdade a internalizam como algo natural, sem perceber que estão reproduzindo a lógica de quem domina. É assim que mulheres podem, involuntariamente, reforçar estereótipos sobre si mesmas, acreditar que certas profissões "não são para elas" ou que sua sobrecarga doméstica é apenas uma consequência de seu papel como mulher. Essa naturalização é um dos mecanismos mais eficazes de manutenção das desigualdades, porque ela transforma construções históricas em certezas inquestionáveis (BOURDIEU, 1999).



CONCEITO - CHAVE

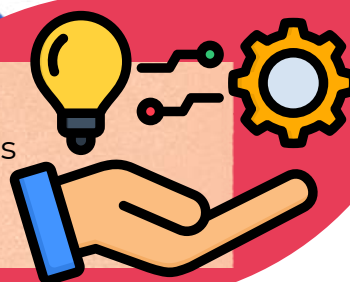
Violência simbólica acontece quando desigualdades parecem naturais.

Essa hierarquia de gênero tem efeitos concretos na relação das mulheres com a ciência e a tecnologia. A sub-representação feminina em determinadas áreas científicas e tecnológicas não é resultado de uma suposta menor aptidão das mulheres, mas de processos históricos, sociais e culturais que associaram a ciência e a racionalidade ao masculino e o cuidado e a afetividade ao feminino. Essa associação, reproduzida desde a infância pela família, pela escola e pela mídia, influencia as escolhas educacionais e profissionais de meninas e mulheres, afastando-as de campos do conhecimento nos quais são perfeitamente capazes de atuar e se destacar. As áreas de maior valorização econômica e simbólica são historicamente associadas ao masculino, enquanto às mulheres foram atribuídos espaços ligados ao cuidado, à docência e aos serviços, considerados extensões "naturais" do feminino. Na Educação Profissional e Tecnológica, essa lógica se reproduz na organização dos cursos, nos currículos e nas trajetórias formativas (HIRATA; KERGOAT, 2007; SCHIEBINGER, 2001). Compreender essas dinâmicas é fundamental para que as participantes percebam que as barreiras que encontram em suas trajetórias não são falhas individuais, mas expressões de uma estrutura que pode e deve ser transformada.



NA PRÁTICA

A baixa presença feminina em determinadas áreas não é falta de capacidade, mas resultado de construções sociais.

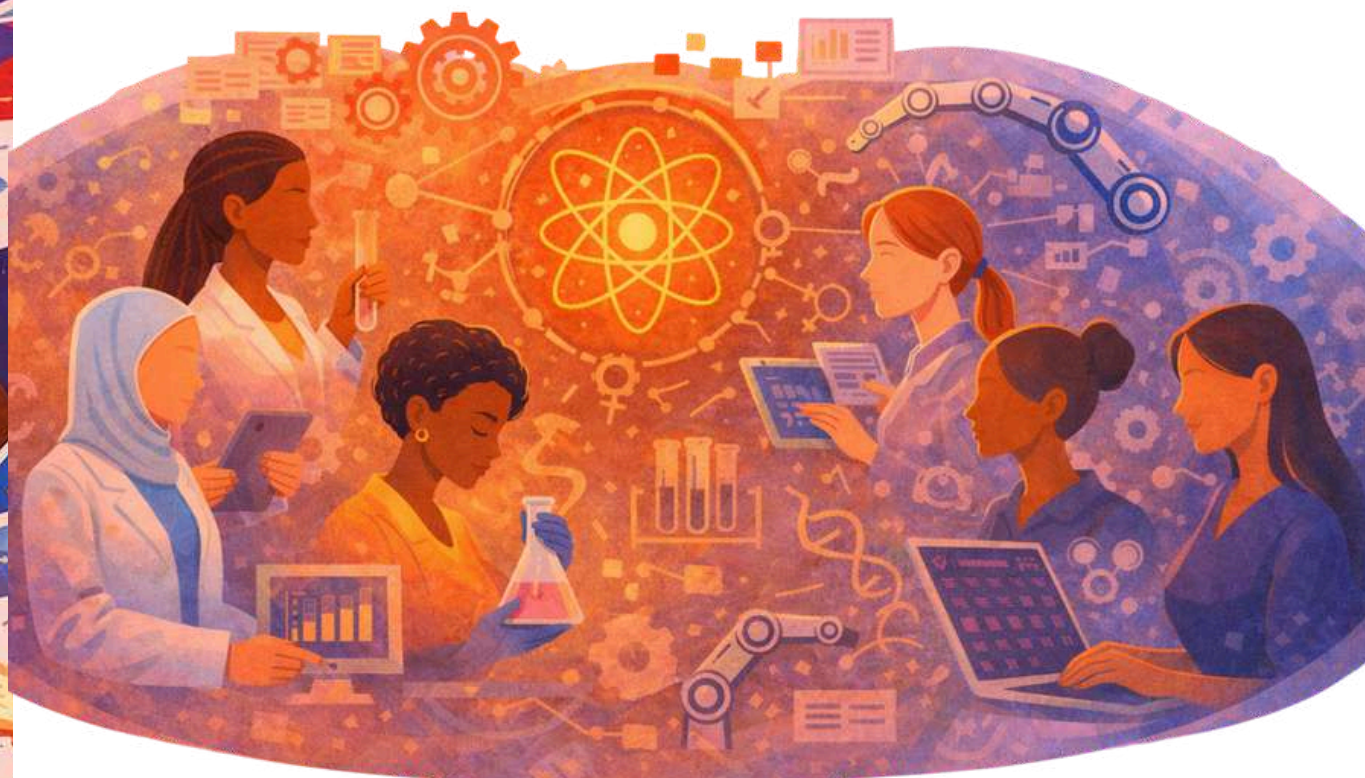




CONCEITO - CHAVE

Interseccionalidade significa compreender que gênero, raça e classe se cruzam nas experiências sociais.

A dimensão da identidade completa essa reflexão. As normas de gênero não organizam apenas o mundo exterior, elas moldam a forma como cada pessoa se percebe, se avalia e se relaciona consigo mesma. Desde cedo, as mulheres aprendem que seu valor está ligado à aprovação dos outros: ser desejada, ser boa mãe, ser agradável. Essa organização da subjetividade feminina em torno do olhar alheio fragiliza a autoestima e faz com que muitas mulheres vivam sentimentos de inadequação e insegurança não como problemas pessoais, mas como efeitos de uma estrutura que distribui de forma desigual o direito de se sentir capaz e merecedora (ZANELLO, 2018).



É importante também considerar que as desigualdades de gênero não atingem todas as mulheres da mesma forma. A perspectiva interseccional nos ensina que gênero se articula sempre com outros marcadores sociais, como raça, classe e território. Mulheres negras, periféricas e indígenas enfrentam obstáculos adicionais no acesso, na permanência e no reconhecimento dentro dos espaços educacionais, científicos e profissionais. Não existe uma experiência feminina universal; as trajetórias são marcadas por múltiplas desigualdades que se cruzam e se potencializam mutuamente (CRENSHAW, 2002; COLLINS, 2019).

Nesse sentido, discutir mulheres nas ciências no âmbito da EPT significa questionar a neutralidade das ciências, problematizar os currículos eurocêntricos e androcêntricos e reconhecer as contribuições históricas e contemporâneas das mulheres na produção do conhecimento científico e tecnológico. Trata-se de compreender que a exclusão das mulheres das ciências não é um acaso histórico, mas um projeto social sustentado por relações de poder.

A boa notícia é que, se essas desigualdades foram construídas por processos de socialização, na família, na escola, na mídia, no mercado de trabalho, elas podem ser questionadas e transformadas por meio de processos educativos críticos. A educação, quando comprometida com a liberdade e com a igualdade, tem o potencial de provocar fissuras naquilo que parecia natural, abrindo espaço para que as participantes reconheçam como construção social aquilo que antes era vivido como destino (FREIRE, 1987; HOOKS, 2017).



É exatamente esse o propósito desta oficina: oferecer um espaço seguro para que as participantes possam refletir sobre suas próprias experiências, nomear as desigualdades que vivenciam e começar a perceber que o pessoal é, também, político.

Pergunta para reflexão

Como a educação pode transformar desigualdades naturalizadas?



Esquema Passo a Passo da **OFICINA 1**

Abertura

 (20 min)



- Apresentação da oficina e dos objetivos.
- Pergunta disparadora inicial: O que é gênero para você?

Conceitos Fundamentais

 (50 min)



- O que é gênero?
- O que são estudos de gênero?
- Como a sociedade e a cultura influenciam?

Gênero, Cultura e Poder

 (60 min)



- Discussão sobre associações tradicionais de gênero.
- Exemplos históricos (ex.: legislação do casamento no Brasil do século XIX).
- Debate sobre como normas de gênero moldam trajetórias educacionais e profissionais.

Esquema Passo a Passo da **OFICINA 1**

Gênero, Ciência e EPT

 (50 min)



- Reflexão guiada: Por que há menos mulheres em determinadas áreas científicas e tecnológicas?
- Discussão sobre divisão sexual do trabalho e do conhecimento.
- Introdução à interseccionalidade (gênero, raça, classe).

Mural “Gênero em Transformação” (60 min)



- Produção coletiva em mural físico ou digital (palavras-chave, frases, desenhos ou imagens).
- O que significava ser mulher há 100 anos? E a 50 anos atrás? E a 20 anos atrás?
- O que significa ser mulher hoje?
- O que você espera que signifique ser mulher no futuro?

Pergunta para reflexão

O que mudou na vida das mulheres ao longo do tempo?



MATERIAL DE APOIO



Todos nós deveríamos ser feministas
Chimamanda Ngozi Adichie | TEDxEuston

Reflexão sobre feminismo, desigualdade de gênero e experiências cotidianas das mulheres.



**GÊNERO,
PODER,
IDENTIDADE**



Slides

Slides de apoio utilizados na condução da Oficina 1.



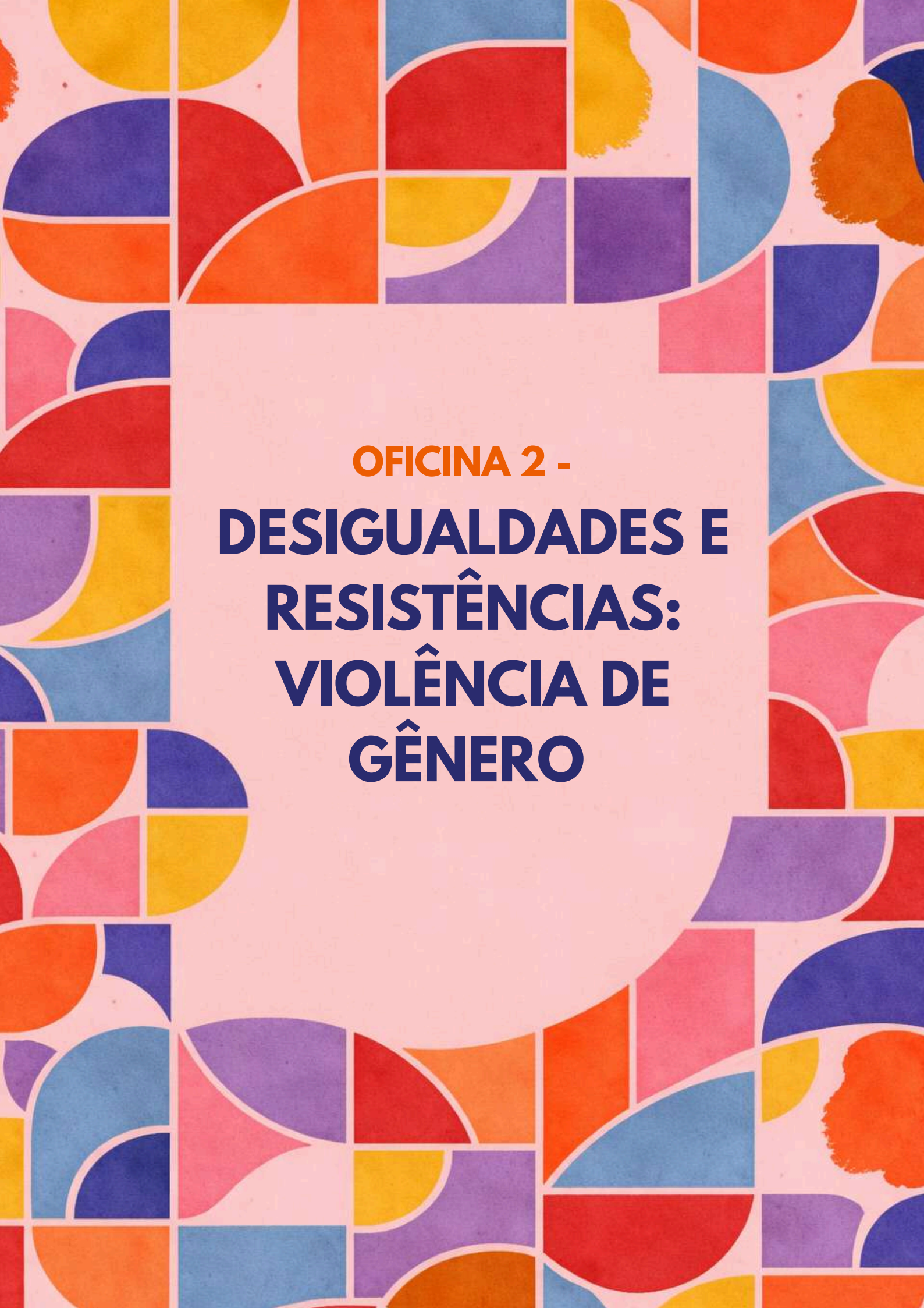
Só podia ser mulher

Curta-metragem que aborda desigualdades e violências vividas por mulheres no cotidiano.



Gênero e Natureza | Rita Von Hunty

Vídeo introdutório sobre construções sociais de gênero e naturalização das diferenças.



OFICINA 2 -
DESIGUALDADES E
RESISTÊNCIAS:
VIOLÊNCIA DE
GÊNERO

Reconhecer a violência é o primeiro passo para enfrentá-la.










OFICINA 2 - DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS: VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Duração: 4h (3h Síncrona e 1h Assíncrona)

Objetivo Geral

Promover a compreensão crítica das violências de gênero como fenômenos estruturais, historicamente construídos, incentivando o reconhecimento, a problematização e o enfrentamento dessas violências no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e no ambiente científico.

Objetivos Específicos:

-  Compreender o conceito de violência de gênero e distingui-lo de outras formas de violência.
-  Reconhecer as diferentes manifestações da violência de gênero (física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, simbólica e digital).
-  Analisar como as violências de gênero se articulam a outros marcadores sociais, como raça, classe e território, a partir de uma perspectiva interseccional.
-  Identificar microviolências de gênero presentes no cotidiano.
-  Refletir criticamente sobre discursos misóginos contemporâneos, incluindo aqueles disseminados em ambientes digitais.
-  Estimular a escuta sensível, o acolhimento e o respeito às experiências individuais e coletivas relacionadas à violência de gênero.
-  Fortalecer a percepção das participantes como sujeitos de resistência e transformação social.

OFICINA 2 -

DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS: VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Conteúdos Trabalhados

- Conceito de violência de gênero: definição, características e fundamentos estruturais.
- Diferença entre violência de gênero e outras formas de violência.
- Formas de violência de gênero.
- Violência doméstica e sua especificidade jurídica.
- Interseccionalidade: gênero, raça, classe e outras desigualdades estruturais.
- Microviolências de gênero.
- Discursos misóginos contemporâneos e seus impactos nas relações sociais e educacionais.
- Resistências as e estratégias coletivas de enfrentamento da violência.



CONCEITO - CHAVE

Violência de gênero não é individual: é estrutural e socialmente construída.

OFICINA 2 - DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS: VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Atividade

Histórias de Violência de Gênero - Vozes em Primeira Pessoa

A atividade foi desenvolvida de maneira assíncrona:

- Escolha individual de uma situação de violência de gênero:
 - vivenciada pessoalmente;
 - vivenciada por alguém próximo;
 - observada em mídias, redes sociais, filmes ou séries.
- Orientações para o relato:
 - podem ou não ser usados nomes reais de pessoas ou lugares;
 - possibilidade de uso da terceira pessoa;
 - foco na situação vivida e nos sentimentos envolvidos.
- Compartilhamento opcional com o grupo através do grupo de whatsapp, respeitando:
 - escuta sem julgamentos;
 - empatia;
 - sigilo e cuidado coletivo.

Pergunta para reflexão

Como certas violências se tornam tão comuns que deixam de ser percebidas?



OFICINA 2 - DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS: VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Metodologia

- Exposição dialogada com apoio visual (slides);
- Roda de conversa orientada por perguntas problematizadoras;
- Análise de exemplos históricos e sociais;
- Dinâmica coletiva de reflexão;
- Atividade reflexiva individual, respeitando os limites de exposição.

Resultados Esperados

- Ampliação da compreensão crítica sobre o que é violência de gênero e como ela se manifesta.
- Maior capacidade de identificar violências explícitas e microviolências no cotidiano.
- Fortalecimento da consciência sobre desigualdades sociais.
- Desenvolvimento de atitudes de empatia, acolhimento e respeito às experiências das outras pessoas.
- Redução da naturalização de práticas machistas e discriminatórias no contexto educacional.
- Estímulo ao protagonismo das participantes como agentes de resistência e transformação.
- Contribuição para a construção de ambientes educacionais mais justos, seguros e inclusivos na EPT.

O que entendemos como violência?

A segunda oficina do ciclo aprofunda a reflexão iniciada na oficina anterior, deslocando o olhar dos conceitos de gênero, poder e identidade para as formas concretas pelas quais as desigualdades de gênero se manifestam na vida das mulheres. O foco desta oficina são as violências de gênero, um fenômeno que vai muito além da agressão física e que opera, na maioria das vezes, de forma sutil, cotidiana e invisibilizada. O objetivo é sensibilizar as participantes para reconhecer as múltiplas manifestações de violência que permeiam o ambiente doméstico, o espaço de trabalho, as instituições educacionais e as relações interpessoais, compreendendo-as não como eventos isolados, mas como expressões de uma estrutura social que precisa ser nomeada para ser enfrentada.

Mas afinal, o que define uma violência como violência de gênero? Segundo a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (ONU, 1993), violência de gênero é qualquer ato que resulte em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo ameaças, coerção ou privação de liberdade, tanto na vida pública quanto na vida privada. Trata-se de uma violência que está enraizada em hierarquias socioestruturais que moldam a sociedade e atribuem papéis de subordinação (SAFFIOTI, 2015). Isso significa que nem toda violência contra uma mulher é automaticamente classificada como violência de gênero; o que a define é a motivação. Um assalto ou sequestro comum, por exemplo, não são necessariamente crimes de gênero. O que caracteriza a violência de gênero é o fato de ela estar enraizada no menosprezo ao gênero (no caso da violência de gênero contra mulheres, que é o que vamos tratar aqui, no menosprezo pelo fato de ser mulher), na tentativa de controlar, punir ou subjugar a mulher justamente por ser mulher. A violência de gênero tem como alvo frequente mulheres e meninas, e suas formas mais conhecidas incluem a violência doméstica, o assédio sexual, a violência sexual e, em seu extremo mais grave, o feminicídio.



FIQUE ATENTA

Microviolências também produzem sofrimento e exclusão.



Quando se fala em violência, no senso comum a palavra remete quase automaticamente à agressão física, o tapa, o soco, o empurrão. No entanto, a violência de gênero opera de formas diversas e articuladas, funcionando como mecanismo de controle social que extrapola a agressão corporal para abarcar formas muito mais sutis de dominação (SAFFIOTI, 2015). A legislação brasileira, por meio da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), tipifica um tipo específico de violência de gênero: a violência doméstica. De acordo com a lei, há cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: a violência física, que é qualquer ação que fira o corpo ou a saúde da mulher; a violência psicológica, que opera pelo dano emocional, pelo medo e pelo controle, manifestando-se em ameaças, humilhações, xingamentos, ciúme excessivo, isolamento e controle de roupas e redes sociais; a violência sexual, que envolve qualquer ato sexual praticado sem consentimento ou obtido por força ou ameaça, inclusive dentro de relações conjugais; a violência patrimonial, que se traduz no controle ou destruição de bens e dinheiro, como quebrar celular, tomar cartão ou salário, reter documentos e impedir acesso a contas bancárias; e a violência moral, que atinge a honra e a reputação da mulher, por meio de boatos, difamação e acusações falsas (BRASIL, 2006).

Desse esclarecimento decorre uma distinção importante para o trabalho pedagógico: toda violência doméstica é uma violência de gênero, mas nem toda violência de gênero é violência doméstica. A aplicação das medidas protetivas de urgência e outros benefícios da Lei Maria da Penha se restringe aos crimes cometidos nesses três ambientes, o que não significa que as violências que ocorrem fora deles sejam menos graves, apenas que são enquadradas em outros dispositivos legais.

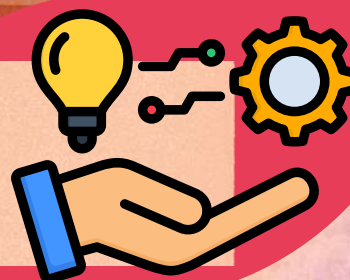
Violência simbólica e naturalização

Para além das formas reconhecidas pela legislação, há violências ainda mais sutis que acontecem no dia a dia e que muitas vezes nem são percebidas como tal. São as chamadas microviolências de gênero, e nomeá-las é o primeiro passo para reconhecê-las. O gaslighting, por exemplo, é uma técnica de manipulação psicológica pela qual o agressor leva a vítima a duvidar de sua própria percepção da realidade, questionando sua memória, seus sentimentos e sua sanidade, até que ela perca progressivamente a confiança em si mesma e se torne emocionalmente dependente do agressor (SWEET, 2019). O mansplaining, por sua vez, é a prática pela qual homens explicam coisas de forma condescendente a mulheres, mesmo quando elas têm mais conhecimento sobre o assunto, pressupondo incompetência baseada em gênero e reforçando estereótipos de inferioridade intelectual (SOLNIT, 2017). Outras práticas cotidianas incluem a interrupção constante da fala de mulheres por homens em reuniões e debates, o silenciamento de vozes femininas em espaços profissionais e acadêmicos, e a apropriação de ideias originalmente propostas por mulheres, que passam a ser repetidas por homens como se fossem suas. Essas práticas podem parecer pequenas quando tomadas isoladamente, mas seu efeito cumulativo é devastador: elas minam a autoconfiança, normalizam a desigualdade, afetam a saúde mental e reforçam a subordinação das mulheres nos espaços que habitam.



NA PRÁTICA

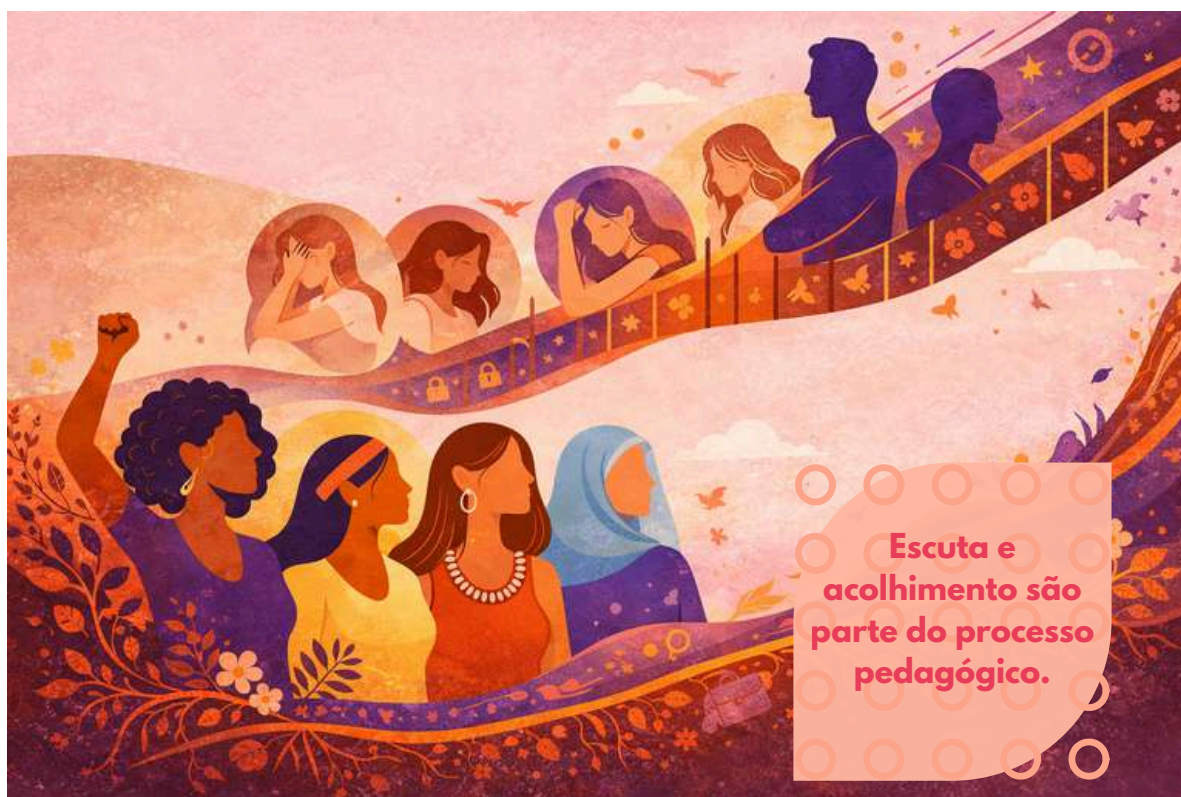
Comentários aparentemente "inofensivos" também reforçam desigualdades.



Compreender essas diferentes formas de violência conduz a um ponto central desta oficina: a violência de gênero não é um problema individual, é um problema estrutural. Ela não acontece porque determinado homem é "mau" ou porque determinada mulher "permitiu". Ela existe porque está inserida em um sistema de dominação que se sustenta historicamente e se reproduz por meio das instituições, das leis, dos costumes e das relações cotidianas. Saffioti (2015) denomina esse sistema de patriarcado e mostra que ele não opera sozinho: articula-se ao capitalismo e ao racismo, formando um nó de opressões que se reforçam mutuamente. As raízes da violência de gênero são múltiplas e se alimentam de diferentes fatores: materiais, como a dependência financeira que impede mulheres de romper ciclos de violência; culturais, como a normalização da violência em piadas, músicas e na mídia; ideológicos, como a erotização e a objetificação do corpo feminino que desumanizam as mulheres; e o exercício direto de poder, em que a violência é usada como ferramenta de controle social e demonstração de dominação. É por isso que enfrentar a violência de gênero exige mais do que punir agressores individualmente, exige transformar as estruturas que a produzem e sustentam.



Diante de tantas formas de violência, uma pergunta se impõe: por que tantas mulheres têm dificuldade de reconhecer certas situações como violência? A resposta está no mecanismo da violência simbólica, que funciona justamente pela internalização: as próprias mulheres incorporam, ao longo de sua socialização, os esquemas de percepção de quem domina e passam a avaliar a si mesmas e suas experiências pela lógica da dominação (BOURDIEU, 1999). É assim que uma mulher pode se culpar por ter sofrido assédio, pensando "eu não deveria ter vestido aquela roupa", quando a responsabilidade é exclusivamente de quem assediou. É assim que uma mulher pode naturalizar a sobrecarga doméstica como "obrigação" sua, sem perceber que está reproduzindo uma divisão desigual que a prejudica. Essa internalização é especialmente eficaz quando atinge a subjetividade feminina organizada pelo dispositivo amoroso, a necessidade de ser escolhida, desejada e validada pelo olhar masculino. Quando a violência parte justamente de quem deveria validar, a mulher tende a se culpar pelo fracasso da relação, e não a responsabilizar o agressor (ZANELLO, 2018).



No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, essas dinâmicas assumem formas específicas que merecem atenção. Impedir uma mulher de estudar, desqualificar sua capacidade em áreas técnicas e científicas, isolar mulheres em ambientes masculinizados ou punir simbolicamente aquelas que ousam ocupar espaços historicamente reservados aos homens, todas essas são formas de violência que afetam diretamente a trajetória formativa e profissional das mulheres. Frases como "meninas não sabem fazer isso", "isso é coisa pra menino" ou "mulher não entende disso", ouvidas em salas de aula, corredores, estágios e ambientes de trabalho, não são comentários inofensivos: são microviolências que reforçam a ideia de que mulheres não pertencem àqueles espaços e que vão, aos poucos, minando a confiança e a permanência das mulheres em suas trajetórias. Para parceiros violentos, a busca por formação pode ser percebida como ameaça ao controle que exercem, e muitas mulheres abandonam cursos e carreiras em função dessa pressão. Reconhecer essas dinâmicas é essencial para que as participantes compreendam que as dificuldades que enfrentam não são falhas pessoais, mas efeitos de estruturas que podem e devem ser enfrentadas.

Diante de tantas formas de violência, uma pergunta se impõe: por que tantas mulheres têm dificuldade de reconhecer certas situações como violência? A resposta está no mecanismo da violência simbólica, que funciona justamente pela internalização: as próprias mulheres incorporam, ao longo de sua socialização, os esquemas de percepção de quem domina e passam a avaliar a si mesmas e suas experiências pela lógica da dominação (BOURDIEU, 1999). É assim que uma mulher pode se culpar por ter sofrido assédio, pensando "eu não deveria ter vestido aquela roupa", quando a responsabilidade é exclusivamente de quem assediou. É assim que uma mulher pode naturalizar a sobrecarga doméstica como "obrigação" sua, sem perceber que está reproduzindo uma divisão desigual que a prejudica. Essa internalização é especialmente eficaz quando atinge a subjetividade feminina organizada pelo dispositivo amoroso, a necessidade de ser escolhida, desejada e validada pelo olhar masculino. Quando a violência parte justamente de quem deveria validar, a mulher tende a se culpar pelo fracasso da relação, e não a responsabilizar o agressor (ZANELLO, 2018).

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, essas dinâmicas assumem formas específicas que merecem atenção. Impedir uma mulher de estudar, desqualificar sua capacidade em áreas técnicas e científicas, isolar mulheres em ambientes masculinizados ou punir simbolicamente aquelas que ousam ocupar espaços historicamente reservados aos homens, todas essas são formas de violência que afetam diretamente a trajetória formativa e profissional das mulheres. Frases como "meninas não sabem fazer isso", "isso é coisa pra menino" ou "mulher não entende disso", ouvidas em salas de aula, corredores, estúdios e ambientes de trabalho, não são comentários inofensivos: são microviolências que reforçam a ideia de que mulheres não pertencem àqueles espaços e que vão, aos poucos, minando a confiança e a permanência das mulheres em suas trajetórias. Para parceiros violentos, a busca por formação pode ser percebida como ameaça ao controle que exercem, e muitas mulheres abandonam cursos e carreiras em função dessa pressão. Reconhecer essas dinâmicas é essencial para que as participantes compreendam que as dificuldades que enfrentam não são falhas pessoais, mas efeitos de estruturas que podem e devem ser enfrentadas.

Ainda no campo das violências contemporâneas, é preciso considerar que os ambientes digitais se tornaram um terreno fértil para a propagação da violência de gênero. A misoginia online, manifestada em discursos de ódio contra mulheres, assédio virtual, exposição não consentida de imagens íntimas e campanhas coordenadas de intimidação, tem crescido de forma alarmante nas redes sociais, fóruns e plataformas de vídeo. Comunidades virtuais organizadas em torno do ódio às mulheres alimentam narrativas que culpabilizam as mulheres por frustrações masculinas, normalizam ameaças e violência e se opõem às pautas de igualdade de gênero. Com o alcance e o anonimato proporcionados pelas plataformas digitais, esses discursos deixam de ser restritos a pequenos grupos e passam a influenciar o imaginário de muitos jovens, reforçando estereótipos e ataques à autonomia feminina. Para o(a) professor(a) que conduz esta oficina, é importante estar atento(a) a essas dinâmicas, pois elas fazem parte do repertório cultural dos estudantes e podem se manifestar em sala de aula sob a forma de piadas, provocações e desqualificações dirigidas a colegas mulheres.

Frente a esse cenário, a legislação brasileira oferece instrumentos importantes para o enfrentamento da violência de gênero, e conhecê-los faz parte do processo de letramento. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, tipificando as cinco formas de violência já mencionadas e prevendo medidas protetivas de urgência (BRASIL, 2006). A Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) incluiu o assassinato de mulheres motivado pela condição de gênero como circunstância qualificadora do crime de homicídio, reconhecendo que mulheres são mortas pelo simples fato de serem mulheres, em contextos de violência doméstica ou de menosprezo à condição feminina (BRASIL, 2015). Os dados globais e nacionais sobre feminicídio são alarmantes e revelam que, apesar dos avanços legislativos, a violência letal contra mulheres permanece em patamares elevados, com parceiros íntimos e familiares sendo os principais agressores. Conhecer essas leis não é apenas uma questão de informação jurídica: é uma ferramenta de empoderamento, pois permite que as mulheres identifiquem as situações de violência que vivenciam e saibam que existem caminhos legais para enfrentá-las.

É igualmente importante considerar que as violências de gênero não atingem todas as mulheres da mesma forma. As experiências de desigualdade de gênero não são universais: elas são construídas pela intersecção de múltiplos marcadores sociais. Mulheres negras, indígenas, periféricas, com deficiência e LGBTQIA+ estão expostas a formas de violência agravadas pela articulação entre gênero, raça, classe e território. É necessário reconhecer que políticas de enfrentamento precisam levar essas especificidades em conta para serem efetivas (CRENSHAW, 2002; COLLINS, 2019).

Diante de tudo o que foi discutido, o passo mais importante que esta oficina busca promover é a nomeação. Dar nome às violências que se vive é o primeiro ato de resistência. Muitas mulheres passam anos em situações de violência sem reconhecê-las como tal, porque aprenderam a naturalizá-las como parte do que significa ser mulher. Quando uma mulher consegue nomear o que vive, dizer "isso é violência psicológica", "isso é gaslighting", "isso é assédio", ela rompe com a naturalização e abre caminho para a ação. Reconhecer é resistir. Como defende hooks (2019), quando as mulheres percebem que seus dramas pessoais não são individuais, mas compartilhados e estruturais, criam-se as condições para a resistência coletiva. É essa passagem do pessoal ao político, do silêncio à nomeação, da naturalização à consciência crítica, que esta oficina pretende possibilitar, entendendo que reconhecer a violência é o primeiro passo para transformar as estruturas que a sustentam (FREIRE, 1987; HOOKS, 2017).



Esquema Passo a Passo da **OFICINA 2**

Abertura

 (15 min)



- Apresentação da oficina e dos objetivos.
- Contextualização: desigualdades e violências de gênero como fenômenos sociais e estruturais.
- Pergunta disparadora inicial: “O que é violência de gênero?”

Violência de Gênero: Conceito e Definição (40 min)



- Definição de violência de gênero.
- Violência de gênero como resultado de hierarquias socioestruturais.
- Tipos de violência de gênero: física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, simbólica e digital.
- Ênfase na ideia central: a motivação é o que define a violência de gênero.
- Distinção conceitual: nem toda violência contra mulher é violência de gênero (ex.: assalto, sequestro).

Esquema Passo a Passo da **OFICINA 2**

Raízes da Violência de Gênero

🕒 (40 min)



- Discussão dos fatores que alimentam a violência de gênero:
 - Patriarcado e machismo estrutural;
 - Estereótipos de papéis de homem e mulher;
 - Racismo, pobreza e LGBTfobia;
 - Naturalização da violência;
 - Dependência econômica e falta de autonomia;
 - Instituições que não acolhem nem punem adequadamente;
 - Silêncio, medo e vergonha das vítimas.
- Destaque: desigualdades de gênero não são universais, variam conforme raça, classe e contexto social.

Esquema Passo a Passo da **OFICINA 2**

Violência Doméstica: Um Recorte Específico ⌚ (30 min)



- Violência doméstica como categoria jurídica específica.
- Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).
- Os três ambientes que caracterizam a violência doméstica: íntimo, doméstico e familiar.
- Frase-chave de síntese:
“Toda violência doméstica é violência de gênero, mas nem toda violência de gênero é violência doméstica.”

Microviolências de Gênero na EPT e no Cotidiano ⌚ (30 min)



- Discussão orientada:
 - frases machistas;
 - comentários que diminuem meninas e mulheres;
 - situações naturalizadas na sala de aula, corredores, estágios e trabalho.
- Pergunta disparadora:
“Você já ouviu algo que deslegitima mulheres por serem mulheres?”
- Reconhecimento de padrões invisíveis de violência.

Esquema Passo a Passo da **OFICINA 2**

Violência de Gênero e Ambientes Digitais 🕒 (30 min)



- Apresentação dos fenômenos: incels e redpills.
- Como esses grupos reforçam discursos de ódio, misoginia e resistência às pautas de igualdade.
- Impactos desses discursos no imaginário juvenil e no ambiente educacional.

Atividade Prática

🕒 (60 min)



- Momento individual (sem obrigatoriedade de exposição).
- Escolha de uma situação de violência de gênero:
 - vivida;
 - vivida por alguém próximo;
 - vista/escutada na mídia, redes sociais, filmes ou séries.
- Produção do relato (escolher 1):
 - áudio de até 3 minutos;
 - texto de 5 a 10 linhas.
- Orientações:
 - pode ou não usar nomes reais;
 - possibilidade de terceira pessoa;
 - foco no ocorrido e nos sentimentos envolvidos.
- Compartilhamento opcional, através do grupo de whatsapp, com escuta empática, respeito e sigilo.

MATERIAL DE APOIO



Slides

Slides de apoio utilizados na condução da Oficina 2.



Violência de Gênero na EPT

Recurso focado no ambiente escolar e institucional, abordando especificamente as dinâmicas, a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero dentro da Educação Profissional e Tecnológica.



Conteúdo voltado para a conscientização e debate aberto, com o objetivo de quebrar o silêncio, informar e engajar as pessoas na discussão sobre as raízes da violência de gênero.

MATERIAL DE APOIO




Cartilha Assédio - Prevenção e Combate

Guia informativo elaborado por Juliana Lamas Souza que visa conscientizar, prevenir e combater o assédio moral e sexual, trazendo orientações práticas para a criação de ambientes mais seguros.

Um manual prático com foco no ambiente virtual, oferecendo um guia de conhecimento e boas práticas na internet para identificar e combater a violência contra a mulher nas redes.



Cartilha Educativa - Violência digital de gênero



OFICINA 3 -
EMPODERAMENTO E
TRANSFORMAÇÃO:
DO LETRAMENTO
A AÇÃO

Empoderamento não significa agir sozinha, mas construir autonomia coletiva e redes de apoio.



OFICINA 3 - EMPODERAMENTO E TRANSFORMAÇÃO: DO LETRAMENTO A AÇÃO

Duração: 4h [Modalidade: Online (Síncrona + Assíncrona)]

Objetivo Geral

Promover reflexão crítica sobre o empoderamento feminino como processo coletivo, fortalecendo consciência crítica, pertencimento e protagonismo das participantes na EPT e nas ciências.

Objetivos Específicos:

- Compreender o empoderamento para além de abordagens individualistas e meritocráticas.
- Analisar conquistas como resultado de lutas históricas coletivas.
- Reconhecer contribuições de mulheres nas ciências e problematizar apagamentos históricos.
- Refletir sobre o letramento de gênero como instrumento de empoderamento.
- Discutir a importância da representatividade na construção da identidade e das expectativas de futuro.
- Favorecer a elaboração crítica individual e coletiva.

OFICINA 3 - EMPODERAMENTO E TRANSFORMAÇÃO: DO LETRAMENTO A AÇÃO

Conteúdos Trabalhados

- Empoderamento feminino e processo coletivo.
- Gênero, poder e desigualdades estruturais.
- Conquistas femininas ao longo do tempo.
- Mulheres nas ciências: breve histórico de trajetórias e contribuições.
- Apagamentos históricos.
- Letramento de gênero como instrumento de empoderamento.
- Representatividade, identidade e projeção de futuro.

Metodologia

- Exposição dialogada com apoio de slides.
- Perguntas disparadoras e discussões guiadas.
- Análise histórica e valorização de trajetórias femininas.
- Socialização voluntária das produções e construção coletiva de sentidos.
- Atividade escrita reflexiva orientada por três questões.

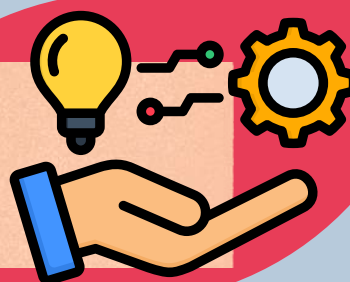
OFICINA 3 - EMPODERAMENTO E TRANSFORMAÇÃO: DO LETRAMENTO A AÇÃO

Resultados Esperados

- Ampliação da consciência crítica sobre gênero e empoderamento.
- Fortalecimento da autoestima, pertencimento e protagonismo feminino.
- Reconhecimento das mulheres como produtoras de conhecimento científico.
- Desenvolvimento da leitura crítica da realidade por meio do letramento de gênero.
- Valorização da representatividade na construção da identidade e das expectativas de futuro.
- Produção de reflexões escritas com elaboração crítica e projeção de futuro.

NA PRÁTICA

Como essas discussões podem aparecer no cotidiano escolar e profissional das participantes?



Quem são as mulheres que você aprendeu a reconhecer como referência na ciência e na tecnologia?

As duas oficinas anteriores construíram um percurso intencional: a primeira trabalhou os conceitos de gênero, poder e identidade, mostrando que as desigualdades entre homens e mulheres não são naturais, mas produzidas socialmente; a segunda aprofundou o reconhecimento das violências de gênero em suas múltiplas formas, da agressão física às microviolências cotidianas, passando pela violência institucional e digital. Esta terceira oficina busca consolidar esse percurso, deslocando o foco da denúncia para a ação. Se nas oficinas anteriores as participantes aprenderam a nomear as desigualdades e as violências, agora o desafio é outro: o que fazer com essa consciência? Como transformar reflexão em prática? É aqui que entram os conceitos de empoderamento, representatividade e ação coletiva, que orientam esta oficina e que serão discutidos nas páginas que seguem.



O ponto de partida desta oficina é a compreensão de que refletir sobre as desigualdades, embora fundamental, não é suficiente. É preciso que a reflexão se transforme em ação, e que a ação, por sua vez, alimente novas reflexões. Freire (1987) chama esse movimento de práxis: a unidade entre pensar criticamente sobre o mundo e agir para transformá-lo. Uma mulher que passa a reconhecer que suas dificuldades na formação técnica não são falhas pessoais, mas efeitos de estruturas de poder, já deu um passo decisivo. Mas o percurso não se completa na tomada de consciência. Ele se desdobra quando essa mulher decide agir: recusar a submissão, reivindicar seu espaço, apoiar outras mulheres, questionar práticas desiguais no ambiente de trabalho ou de estudo. É essa passagem da consciência ingênua, que naturaliza a realidade, para a consciência crítica, que a compreende como construção histórica passível de transformação, que o letramento de gênero busca promover.

Para que essa passagem aconteça, é preciso compreender o que significa empoderamento e, principalmente, o que ele não significa. No senso comum, empoderamento costuma ser entendido como uma conquista individual: a mulher que "venceu na vida", que "superou obstáculos sozinha", que "se empoderou" por mérito próprio. Essa visão, embora sedutora, é insuficiente e até perigosa, porque coloca sobre os ombros de cada mulher a responsabilidade por superar estruturas que não foram criadas por ela. A perspectiva feminista compreende o empoderamento de outra forma: não como um gesto individual de superação, mas como um processo coletivo e político, que só acontece quando as mulheres se reconhecem como parte de um grupo que compartilha opressões comuns e se organiza para enfrentá-las (BERTH, 2019). Essa distinção é fundamental: não se trata de celebrar conquistas individuais sem alterar as condições estruturais para as demais mulheres, mas de construir, coletivamente, as condições para que todas possam exercer sua liberdade.



CONCEITO - CHAVE

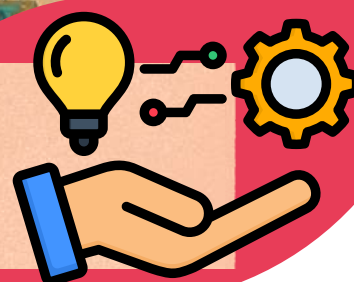
Representatividade não é apenas presença: é reconhecimento, participação e permanência.

Na prática, o empoderamento se manifesta em três dimensões que se alimentam mutuamente: a autonomia, a autoestima e o protagonismo. Essas dimensões não funcionam separadas. Uma mulher pode ter autonomia formal para tomar decisões, mas ter sua autoestima tão corroída que não se sente merecedora de ocupar certos espaços. Pode ter protagonismo visível em sua atuação profissional, mas viver com a sensação persistente de que não pertence àquele lugar. Empoderar-se, portanto, não é apenas adquirir habilidades ou informações: é expandir a capacidade de fazer escolhas em contextos onde essa capacidade foi historicamente negada (KABEER, 1999). E isso só se constrói em processo, por meio de experiências educativas que articulem reflexão crítica e ação transformadora.



NA PRÁTICA

Pequenas mudanças institucionais também transformam experiências de permanência feminina na EPT.



A autonomia, na perspectiva aqui adotada, não se reduz à capacidade abstrata de decidir por si mesma. Ela designa a capacidade concreta de tomar decisões sobre a própria vida em contextos marcados por desigualdades estruturais (KABEER, 1999). Para uma mulher na EPT, autonomia pode significar decidir continuar estudando mesmo quando o parceiro pressiona para que ela desista, escolher uma área de atuação profissional que não corresponde ao que a sociedade espera de uma mulher, ou simplesmente dizer não diante de situações que antes eram aceitas como naturais. A prática educativa deve possibilitar o desenvolvimento dessa capacidade de decidir e de intervir no mundo, não como concessão de quem ensina, mas como conquista de quem aprende (FREIRE, 1996). Quando as participantes desnaturalizam as normas de gênero que organizam suas trajetórias, passam a tomar decisões com mais consciência das forças que atuam sobre suas escolhas, e não mais orientadas por mandatos que incorporaram sem questionar.

A autoestima, por sua vez, não é apenas uma questão de "acreditar em si mesma". Longe de ser um atributo psicológico individual, ela é uma conquista política. Em sociedades estruturadas pela dominação de gênero, a autoestima das mulheres é sistematicamente minada por discursos e práticas que as desqualificam, silenciam e invisibilizam (HOOKS, 2019). Quando uma mulher é desqualificada profissionalmente, quando sua competência técnica é questionada, quando ouve que "isso não é lugar de mulher", esses dispositivos fazem com que ela internalize a desqualificação como verdade sobre si mesma, e não como expressão de uma estrutura injusta. O letramento de gênero intervém sobre a autoestima precisamente ao tornar visíveis esses dispositivos: quando uma mulher passa a nomeá-los como construções culturais, e não como expressões de sua natureza, ela abre a possibilidade de reorganizar a relação consigo mesma em torno de critérios de valor que não dependam da validação externa.

Pergunta para reflexão

Quantas mulheres cientistas negras fizeram parte da sua formação escolar?



O protagonismo, terceira dimensão do empoderamento, diz respeito à agência: a capacidade de agir, de fazer escolhas e de intervir na realidade, mesmo em contextos de subordinação (KABEER, 1999). Reconhecer a agência das mulheres na EPT não significa ignorar os constrangimentos estruturais que enfrentam, mas identificar as práticas pelas quais, mesmo em condições adversas, elas produzem fissuras nas normas de gênero e abrem possibilidades de transformação. As normas que organizam as relações de gênero, por serem construções sociais e históricas, não são fixas nem imutáveis: estão sujeitas a deslocamentos e ressignificações nas práticas cotidianas (LOURO, 1997). Quando uma estudante de curso técnico se recusa a aceitar que "meninas não sabem fazer isso", quando uma profissional reivindica espaço em reuniões onde sua voz é sistematicamente ignorada, quando mulheres se articulam para apoiar umas às outras em ambientes hostis, estão exercendo protagonismo e produzindo transformações concretas, por menores que pareçam.



CONCEITO - CHAVE

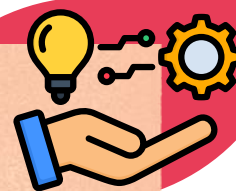
Redes de apoio reduzem isolamento e fortalecem trajetórias acadêmicas e profissionais.



Autonomia, autoestima e protagonismo se fortalecem quando as mulheres encontram referências nas quais possam se reconhecer. É aqui que entra a representatividade, tema central desta oficina. Ver outras mulheres ocupando espaços historicamente masculinizados, especialmente na ciência e na tecnologia, não é apenas uma questão simbólica: é uma questão de pertencimento. Quando uma estudante de curso técnico vê que outras mulheres trilharam caminhos semelhantes ao seu, que enfrentaram barreiras parecidas e que conseguiram construir trajetórias significativas, ela passa da percepção de que "aquilo não é para mim" para a percepção de que "eu posso estar ali". Figuras como Ada Lovelace, Marie Curie, Vera Rubin e tantas outras mulheres que desbravaram caminhos na ciência oferecem essa possibilidade de identificação. Mas a representatividade mais potente nem sempre vem de cientistas famosas: muitas vezes vem de mulheres concretas e próximas, professoras, orientadoras, colegas, mães, que conciliam ciência, trabalho, maternidade e vida cotidiana, e que mostram, pelo que são e pelo que fazem, que é possível.

NA PRÁTICA

O acolhimento entre mulheres também é uma estratégia de resistência.



Contudo, a representatividade genérica não basta. Dizer "mulheres na ciência" sem considerar que gênero e raça se articulam para produzir formas específicas de exclusão é reproduzir uma invisibilidade dentro de outra (CRENSHAW, 2002; COLLINS, 2019). Uma menina negra em formação técnica precisa se ver em mulheres negras na ciência, não apenas em mulheres na ciência. Uma jovem de periferia precisa encontrar referências que dialoguem com sua realidade. É por isso que o repertório de referências femininas apresentado nesta oficina deve ser plural e diverso, contemplando mulheres de diferentes raças, origens, campos de atuação e trajetórias, para que cada participante possa encontrar espelhos que reflitam suas próprias possibilidades.

Ao mesmo tempo, é importante que a representatividade não seja trabalhada de forma ingênua. Ter mulheres em posições de destaque não garante, por si só, a transformação das estruturas que produzem a desigualdade. A presença feminina em espaços de poder e de conhecimento precisa vir acompanhada de crítica e de ações coletivas, sob pena de se tornar inclusão individual sem mudança estrutural (BERTH, 2019).

Para o(a) professor(a) que conduz esta oficina, o desafio é, portanto, duplo: por um lado, valorizar a importância da representatividade como fonte de inspiração e pertencimento; por outro, estimular uma leitura crítica sobre seus limites, mostrando que a presença de mulheres em espaços de poder só se traduz em transformação efetiva quando articulada a mudanças nas relações de poder que organizam esses espaços.

Essa articulação entre o individual e o coletivo se materializa na construção de redes de apoio e solidariedade entre mulheres. Uma das contribuições mais relevantes do letramento de gênero é justamente possibilitar que as mulheres percebam que experiências vividas como privadas e individuais são, na verdade, compartilhadas e estruturais (COLLINS, 2019). Quando uma mulher descobre que outras passaram pelas mesmas dificuldades, sentiram as mesmas inseguranças, ouviram as mesmas frases desqualificadoras, o isolamento dá lugar à identificação e à solidariedade. E é dessa identificação que nasce a força para agir coletivamente: apoiar umas às outras nos espaços de formação, denunciar práticas desiguais, reivindicar condições mais justas, criar ambientes de acolhimento para as que chegam depois. A pedagogia engajada de hooks (2017) aposta exatamente nesse movimento: a educação transformadora acontece nas relações concretas, quando os sujeitos se reconhecem mutuamente como aliados em um projeto comum de transformação.



Pergunta para reflexão

O que impede muitas mulheres de se reconhecerem como capazes nos espaços científicos?



A educação aparece, assim, como caminho privilegiado de transformação, mas não qualquer educação. Uma educação que se limite a transmitir conteúdos técnicos sem questionar as relações de poder que organizam os espaços de formação não é suficiente para transformar as condições de vida das mulheres. O que o letramento de gênero propõe é uma educação que articule formação técnica e consciência crítica, que valorize a experiência vivida como fonte legítima de conhecimento e que crie espaços onde as mulheres possam, coletivamente, elaborar estratégias de enfrentamento e projetar trajetórias possíveis (HOOKS, 2017). Se as normas de gênero são aprendidas, como discutido ao longo de todo o ciclo de oficinas, elas também podem ser desaprendidas e transformadas por meio de processos educativos intencionais.

Esta oficina encerra o ciclo formativo, mas não encerra o processo. O empoderamento não é um ponto de chegada: é um caminho que se constrói continuamente, na medida em que as mulheres exercitam a autonomia de decidir sobre suas próprias vidas, reconstruem a autoestima que as estruturas de dominação tentaram corroer e exercem o protagonismo de intervir nos espaços que habitam. A transformação que o letramento de gênero busca promover não depende apenas do indivíduo: ela é, antes de tudo, coletiva. É quando as mulheres se reconhecem como parte de uma rede, quando percebem que suas lutas são compartilhadas e que suas vozes, juntas, têm força para mudar estruturas, que o empoderamento se torna real. Como defende Berth (2019), empoderar-se é, acima de tudo, reconhecer-se como sujeita de valor, como portadora de conhecimentos legítimos e como agente de transformação, não apesar das estruturas que oprimem, mas justamente contra elas e para além delas.



Pergunta para reflexão

Que espaços ainda parecem “não feitos” para mulheres?





Esquema Passo a Passo da **OFICINA 3**

Abertura

🕒 (20 min)



- Apresentação da oficina e de seus objetivos no contexto do ciclo Elas com Asas.
- Retomada breve dos temas trabalhados nas oficinas anteriores.
- Apresentação do tema “Empoderamento e Transformação: do letramento à ação”.
- Lançamento de pergunta disparadora inicial: O que é empoderamento?

Alinhamento conceitual: empoderamento como processo coletivo

🕒 (25 min)



- Exposição dialogada sobre o conceito de empoderamento.
- Problematização de abordagens individualistas e meritocráticas.
- Discussão do empoderamento como processo crítico, coletivo e político.
- Reflexão guiada a partir de questões sobre pertencimento, redes de apoio e ação.
- Síntese conceitual articulando empoderamento, consciência crítica e transformação social.

Esquema Passo a Passo da **OFICINA 3**

Conquistas femininas ao longo do tempo

🕒 (30 min)



- Apresentação de uma linha do tempo de algumas conquistas feministas.
- Discussão sobre direitos como resultados de lutas coletivas e organizadas.
- Reflexão sobre a relação entre memória histórica, trajetória pessoal e transformação social.
- Compartilhamento voluntário de percepções das participantes.

Mulheres nas ciências: pioneiras e revolucionárias

🕒 (30 min)



- Apresentação de trajetórias de algumas mulheres cientistas.
- Destaque para áreas de atuação, contribuições científicas e desafios enfrentados.
- Discussão sobre apagamentos históricos e relações de poder no campo científico.
- Reflexão sobre pertencimento, representatividade e permanência das mulheres nas ciências.

Esquema Passo a Passo da **OFICINA 3**

Letramento de gênero como instrumento de empoderamento

🕒 (30 min)



- Discussão do letramento de gênero como ferramenta de leitura crítica da realidade.
- Análise das relações de gênero presentes no cotidiano, nas instituições e nos saberes.
- Articulação entre compreensão crítica e possibilidades de ação transformadora.
- Transição conceitual do letramento para a ação.

Encerramento da oficina

🕒 (15 min)



- Síntese final articulando empoderamento, transformação e ação coletiva.
- Reforço da continuidade do processo formativo para além da oficina.
- Apresentação da atividade proposta.
- Encerramento do encontro.

Esquema Passo a Passo da **OFICINA 3**

Atividade Prática (ASSÍNCRONA)

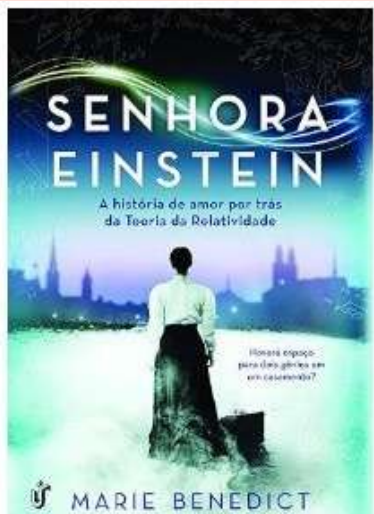
🕒 (60 min)



Realização de atividade escrita individual orientada por três questões articuladoras.

- Depois de tudo que discutimos sobre gênero, poder e violências, o que, para você, significa transformar essa realidade?
- Escolha uma cientista que você admire, e compartilhe o nome dela, além de uma breve biografia, destacando suas principais conquistas e contribuições. Como essa cientista te inspira?
- Você acredita que a representatividade é importante na construção da nossa identidade e de nossas expectativas de futuro, quando pensamos em mulheres ocupando espaços historicamente negados, como a ciência, a política e a liderança? Por quê?

MATERIAL DE APOIO



Recomendação de leitura

Romance biográfico que explora a história de Mileva Marić, a primeira esposa de Albert Einstein. O livro destaca sua inteligência matemática e sua possível contribuição invisível para o desenvolvimento da Teoria da Relatividade.

Slides de apoio utilizados na condução da Oficina 3.



Slides



Baseado em fatos reais, o filme acompanha um grupo de brilhantes matemáticas negras da NASA durante a Corrida Espacial. Ele retrata como elas superaram o preconceito de raça e gênero para liderar cálculos cruciais na história aeroespacial.



Cinebiografia focada na vida e no trabalho científico de Marie Curie, a primeira mulher a ganhar o Prêmio Nobel. A obra aborda suas descobertas revolucionárias sobre a radioatividade, suas parcerias e os impactos de seu legado no mundo.



QUANDO AS ASAS SE MULTIPLICAM:

**Caminhos para Replicar a
Experiência Formativa**








A replicação do ciclo de oficinas Elas com Asas: Letramento de Gênero como Instrumento de Igualdade e Transformação deve ser compreendida como um processo pedagógico intencional, crítico e situado, que respeite as especificidades institucionais, territoriais e socioculturais dos contextos em que venha a ser desenvolvido. Não se trata da reprodução mecânica de um roteiro, mas da apropriação consciente de uma proposta formativa que articula gênero, ciência e Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a partir de uma perspectiva emancipatória.

O ciclo foi concebido a partir de uma abordagem crítica do letramento de gênero, ancorada na pedagogia engajada e na concepção de formação integral da EPT. Assim, é fundamental que educadoras e educadores, interessados em replicar o ciclo de oficinas, estejam alinhados com essa perspectiva, reconhecendo que o debate sobre gênero não é neutro, mas atravessado por relações de poder, disputas simbólicas e posicionamentos éticos.







A adaptação do ciclo às diferentes realidades institucionais constitui uma recomendação central. As oficinas podem ser desenvolvidas em cursos técnicos integrados ou subsequentes, cursos de graduação e pós-graduação, bem como em ações extensionistas, projetos de pesquisa, programas institucionais ou formações continuadas. No entanto, sugere-se que sejam consideradas as características do público participante, como faixa etária, área de formação, nível de escolaridade, experiências prévias com a temática e contexto socioterritorial. Essa adequação favorece a escuta sensível e a construção de um espaço formativo significativo e acolhedor.



No que se refere à modalidade de oferta, o ciclo demonstrou viabilidade tanto em formato online quanto presencial ou híbrido. Para contextos presenciais, recomenda-se a utilização de espaços que favoreçam a circularidade do diálogo, como salas organizadas em roda ou ambientes que permitam atividades coletivas e expressivas. Já no formato online, é importante garantir condições mínimas de participação, como acesso às plataformas digitais, mediação cuidadosa das interações e atenção à sobrecarga emocional que pode emergir, especialmente nas discussões sobre violências de gênero.





A condução das oficinas exige atenção especial à criação de um ambiente ético, seguro e respeitoso. Recomenda-se que, no início do ciclo, sejam pactuados acordos coletivos de convivência, reforçando princípios como escuta sem julgamentos, confidencialidade, respeito às experiências individuais e liberdade de participação. Essa medida é particularmente relevante nas oficinas que abordam violências de gênero, nas quais podem emergir relatos sensíveis ou memórias dolorosas.

Outro aspecto fundamental diz respeito ao papel do mediador ou mediadora das oficinas. Recomenda-se que essa função seja exercida por profissionais capazes de conduzir os debates com sensibilidade, rigor conceitual e postura ética. A mediação deve evitar exposições excessivas das participantes, respeitando limites individuais e garantindo que a participação seja sempre voluntária.

As atividades propostas no ciclo podem ser adaptadas quanto à linguagem, ao tempo e aos recursos utilizados, desde que preservados seus objetivos formativos centrais. O uso de murais, produções escritas, áudios ou outras formas de expressão deve ser compreendido como estratégia pedagógica de reflexão e não como instrumento avaliativo tradicional. Recomenda-se que os registros produzidos durante as oficinas sejam utilizados prioritariamente como memória do processo formativo e como subsídio para reflexões coletivas, respeitando sempre o consentimento das participantes.





Além disso, recomenda-se que a replicação do ciclo considere a ampliação e a diversificação dos materiais e das estratégias formativas, de acordo com a disponibilidade, os interesses e as condições do público envolvido. O formato das oficinas permite a inclusão de atividades assíncronas complementares, como a indicação de filmes, documentários, podcasts, leituras de livros, artigos ou outros materiais culturais e acadêmicos que dialoguem com as temáticas trabalhadas. Essas atividades podem contribuir para aprofundar reflexões, ampliar repertórios e favorecer processos formativos mais contínuos, sem comprometer a flexibilidade necessária à participação. A escolha e a quantidade desses materiais devem ser realizadas de forma sensível e contextualizada, respeitando os tempos, as rotinas e as possibilidades reais das pessoas envolvidas, de modo que o aprofundamento teórico e crítico se configure como convite à reflexão, e não como fator de sobrecarga ou exclusão.





A replicação do ciclo também se beneficia da articulação com políticas institucionais de equidade de gênero, núcleos de estudos, coletivos estudantis ou setores de apoio psicossocial. Essa articulação amplia o alcance das oficinas e contribui para que os debates não se esgotem no espaço formativo, mas reverberem em ações institucionais mais amplas de enfrentamento às desigualdades e violências de gênero.

A opção por um ciclo formativo composto por apenas três oficinas, com carga horária reduzida, mostrou-se estratégica para favorecer a adesão e o envolvimento do público, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, marcado por rotinas intensas, múltiplas demandas institucionais e, muitas vezes, pela sobrecarga vivenciada por meninas e mulheres. A estrutura mais enxuta contribuiu para menor evasão e para a permanência ao longo do percurso formativo. Por outro lado, reconhece-se que esse formato não permite um aprofundamento teórico mais denso e sistemático sobre as temáticas abordadas. Ainda assim, o ciclo cumpre um papel fundamental ao inaugurar um espaço de debate, sensibilização e reflexão crítica sobre gênero, ciência e desigualdades, funcionando como ponto de partida para a ampliação dessas discussões em ações formativas posteriores, projetos institucionais e percursos educativos mais longos.





Por fim, recomenda-se que a replicação do ciclo seja acompanhada de momentos de avaliação qualitativa, centrados na escuta das participantes e na análise dos impactos formativos percebidos. Essa avaliação pode ocorrer por meio de rodas de conversa, registros reflexivos ou relatos escritos, contribuindo para o aprimoramento contínuo da proposta e para sua ressignificação em diferentes contextos educativos.

Ao assumir essas recomendações, o ciclo Elas com Asas pode ser replicado como uma prática pedagógica viva, crítica e transformadora, reafirmando o compromisso da Educação Profissional e Tecnológica com a formação integral, a justiça social e a construção de ambientes educacionais mais equitativos e inclusivos para meninas e mulheres nas ciências.







REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTH, J. Empoderamento. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BIROLI, F. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

hooks, b. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, b. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 12. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KABEER, N. Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. Development and Change, v. 30, n. 3, p. 435-464, 1999.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Resolução 48/104 da Assembleia Geral, de 20 de dezembro de 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Lindinalva da Silva. O Lugar da Mulher no Mundo do Trabalho: reflexões sobre gênero. 2022. Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Maceió, 2022.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando "Empoderamento" na perspectiva feminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES, 1., 2006, Salvador. Anais [...]. Salvador: NEIM/UFBA, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SCHIEBINGER, L. O feminismo mudou a ciência? Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOLNIT, R. Os homens explicam tudo para mim. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Cultrix, 2017.

SWEET, P. L. The sociology of gaslighting. American Sociological Review, v. 84, n. 5, p. 851-875, 2019.

ZANELLO, V. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.